**FACULDADE ÚNICA DE IPATINGA**

**ROZIENE DE SOUZA CAVACANTE**

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE COMO OFERTA DE APRENDIZAGEM PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

**GUAMARE /RN**

**2019**

**FACULDADE ÚNICA DE IPATINGA**

**ROZIENE DE SOUZA CAVACANTE**

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE COMO OFERTA DE APRENDIZAGEM PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Artigo Científico Apresentado à Faculdade Única de Ipatinga - FUNIP, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em (AEE e sala multifuncional curso de Pós-Graduação).

**GUAMARÉ/RN**

**2019**

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE COMO OFERTA DE APRENDIZAGEM PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

ROZILENE DE SOUZA CAVALCANTE[[1]](#footnote-1)

**RESUMO**

O presente artigo tem como foco principal destacar a importância do atendimento educacional especializado para os alunos deficientes intelectuais como promoção ao aprendizado. O contemporâneo cenário da deficiência obteve avanços principalmente nas suas definições de nomenclatura e sintomas. Entretanto, o objetivo desta pesquisa é analisar a importância do atendimento e fazer com que o aluno se desenvolva na escola como as demais crianças; discutiremos ainda sobre principais atividades que sejam eficazes. Assegurados nos método explicativo para conduzir este trabalho são apresentado dados legais e verdadeiros sobre leis, conhecimento cientifico e teórico, igualmente com a discursão para reunir ideias. Com isso, os dados são apresentados de forma positiva, uma vez que destacamos os benefícios do atendimento para os possíveis avanços do aluno e sobre a essencialidade da inclusão. Conclui-se que o atendimento é incentivador para que o aluno esteja no ensino regular e que consiste em quebrar barreiras.

**Palavras-chaves:** Atendimento Educacional Especializado. Deficientes Intelectuais. Escola. Aluno.

1. **INTRODUÇÃO**

Na atualidade, o Atendimento Educacional Especializado – AEE ganhou forças com os consideráveis avanços da inclusão na educação ao longo dos tempos. Com o documento de Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do MEC (BRASIL, 2008), aborda a importância dos alunos deficientes estrarem na escola regularmente matriculado no ensino comum.

No caso especifico da Deficiência Intelectual, delimitamos esta temática na concepção de considerar os avanços do atendimento para os alunos em questão, tendo em vista que a educação especial avança igualmente. Considerando que seus principais sintomas sejam as limitações nas habilidades mentais inferiores ao QI 70 (convencional da população em geral) afetando sua comunicação, habilidades de memória, habilidades sociais e muita dificuldade em aprender, onde muitas das vezes estes alunos podem se comportar com se estivesse com menos idade.

Toda via, em conhecer a finco sobre o AEE para os Deficientes Intelectuais, analisamos que diante os avanços do atendimento na escola regular, fundimos a problemática de que a descriminação é um dos fatores para que estes alunos não voltem para a escola.

Tendo em vista isso, em justificativa, nos importamos com esta possível realidade e expandimos o assunto para clarear os pontos positivos para que toda sociedade conheça e que seja incentivado para os professores especialistas que atender na Sala de Recursos Multifuncionais. Assim, norteamos e trazemos para o centro a importância para a aprendizagem e formação para uma vida autônoma.

Os objetivos deste estudo consistem em analisar a importância do atendimento para fazer com que o aluno esteja incluso na escola e conhecer atividades que possam lhes trazer estimulo. As atividades complementares deve ser responsabilidade docente em adaptar ou até diferenciar. Por mais que os documentos não deixam sugestões claras quais atividades devem ser feitas, apontamos possíveis atividades pedagógicas.

A metodologia eleita caracterizasse com a análise histórica da legislação documentos cinéticos e teóricos, para obtenção de dados explicativos relevantes sobre o tema.

Por fim, é esperado que este trabalho atingisse os objetivos e que contribua para uma sociedade unificada no aspecto de inclusão, quebrando barreiras e descriminação que independem aos alunos da educação especial a continuarem na escola.

1. **CONTEXTUALIZANDO A PATOLOGIA E PRINCIPAIS CONCEPÇÕES**

Diante do contexto do Atendimento Educacional Especializado - AEE para os alunos com Deficiência Intelectual - DI, os avanços são significativos, para obtenção de informações mostraremos que a DI é um dos tipos de deficiência assegurada pela Educação Especial como modalidade de ensino para que estes alunos passem a estar inserido em um contexto comum de aprendizagem; tendo em vista que o AEE é tido como um dos incentivos para a permanência do aluno.

* 1. CONTEXTUALIZANDO OS PRINCIPAIS AVANÇOS

No cenário sócio-histórico-cultural da Deficiência Intelectual, fazemos notar que toda palavra, em sua dimensão semiótica, é um signo produtor de ideologia e como tal ultrapassa sua estrutura significante (BAKHTIN, 2009). Frente às expressões que mudaram ao longo da sua história, esta deficiência obteve várias expressões onde estavam de acordo com as manifestações de sintomas. Diante de muitos estudos e discursões, constrói-se representações que visam valorizar e incluir no âmbito social.

Sobre isso, muitas referências foram dadas a estas pessoas que hoje são consideradas deficientes tais como: debilidade mental, subnormalidade mental, oligofrenia, deficiência mental, retardo mental, capacidades diferentes, barreiras na aprendizagem; ou as pessoas: idiotas, imbecis, tontos, cretinos, dementes, retardados mentais, inválidos, com necessidades educativas especiais, deficientes intelectuais, estúpidos, amentes, entre outras (AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION, 2006). Levamos em consideração que estas expressões trás visões e ideologias culturais do nosso dia a dia ao se referenciarem a estas pessoas, para com isso a ciência tomar novas direções com discursos médicos que tratam desta temática de forma peculiar e ampliam novas configurações.

A American Association on Mental Retardation (AAMR) adotou a nomenclatura deficiência intelectual onde é definida pelas incapacidades e limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo expresso em habilidades conceituais, sociais e práticas. Esta inabilidade se origina antes da idade dos 18 anos (LUCKASSON et al., 2002).

Hoje no âmbito medicinal, a DI trata-se um transtorno mental ou do comportamento de na Classificação, seguindo a nova Classificação Internacional de Doenças – CID em sua décima edição desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde - OMS classifica em 1995 no CID.10 ao especificar o Retardo Mental (F70-79), propõe uma definição ainda baseada no coeficiente de inteligência (QI) caracterizado em: Profundo, Severo, Moderado, Leve. Contudo, de acordo com a OMS, em sua denominação desde 1976, as pessoas com deficiência são classificadas como portadora de Deficiência Mental leve, moderada, severa e profunda, ainda por cima também está classificada no Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais – DSM-IV na quarta edição onde facilita as análises, diagnóstico e tratamento.

Segundo o conceito da deficiência DIAMENT (2006) diz que é fundamentado no déficit de inteligência, abrangendo variadas causas pré, peri e pós-natais. Entretanto, a variação da inteligência entre os componentes de uma população não depende somente de seu genótipo, mas também das diferenças ambientais (DIAMENT, 2006, p.417). Porém, considera-se entre os níveis de retardo se o individuo obtiver o valor inferior a 70, inteligência média apresentada pela população, pode considerar deficiente intelectual.

Outra classificação importante é a Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF (OMS, 2004) que tem a finalidade de unificar as definições e estado de saúde definido por dois pontos relevante: a Funções e Estruturas do Corpo e Atividades e Participação, onde trata dos domínios cognitivos e fatores sociais. A CIF ainda propõe a avaliação da pessoa com deficiência onde observa não apenas os dois pontos destacados acima, mas busca mudar o paradigma entre à deficiência e à incapacidade, onde, “são determinadas também pelo contexto do meio ambiente físico e social, pelas diferentes percepções culturais e atitudes em relação à deficiência, pela disponibilidade de serviços e de legislação” (FARIAS; BUCHALLA, 2005, p. 190).

A Deficiência Intelectual é uma das deficiências que estão inseridas no nosso meio social e escolar onde deve ser tratada com igualdade. Levando em consideração os avanços desta deficiência, informações pontam que antes era chamada de Deficiência Mental – DM. Neste cenário, o significado, sintomas e comportamentos são os mesmos e o que mudam são as nomenclaturas.

As limitações desta deficiência estão associadas ao intelectual que pode afetar as cognições que ajudam na funcionalidade da comunicação ou no comportamento. Embora existam os diferentes tipos, estas crianças podem desencadear esta deficiência antes da fase jovem da vida.

No entanto, segundo Paulon (2007) a partir do ano de 1983, obtiveram-se alguns acréscimos relevantes que foram realizados em frente a essa definição. A partir dessa data, a DI passa a ser interpretada como um estado de funcionamento. Com isto, deixa de ser uma expressão individual do indivíduo e passa a estar como uma interação como os demais mesmo com suas limitações no âmbito que esta vivendo.

Ao discorrer sobre a mudança de termos, Luckasson e Reeve (2001) apresentam uma discursão sobre as mudanças que deve possibilitar a compreensão em que:

* seja específica para se referir a uma entidade singular, permitindo a diferenciação de outras entidades e aprimoramento da comunicação;
* seja utilizável para diferentes grupos: indivíduos, famílias, escolas, clínicas, pesquisadores e gestores de políticas públicas;
* represente o conhecimento vigente e seja capaz de incorporar novos conhecimentos conforme a ciência avance; e
* reflita um componente essencial para nomear um grupo de pessoas, que permita comunicar valores importantes.

Estando clara a variedade das definições e termologias da Deficiência Intelectual, tornasse comum tratar que sua identificação se resume a um déficit que prejudica os fatores intelectuais ao terem dificuldades em raciocinar ou compreender metáforas, histórias e outras; no fator social, sua limitação está associada à comunicação, como também no fator funcional que atinge a sua fala, leitura, escrita e seu comportamento.

Segundo as palavras de Paulon (2007, p.13) onde fala que a “deficiência mental é a incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo expresso em habilidades conceituais, sociais e práticas”. Por mais limitações o aluno apresente, a escola em sua função ajudará no desenvolvimento da capacidade mental, bem como no comportamento que acarretará resultados positivos para o contexto social de interação.

* 1. PROCESSO DE INCLUSÃO

Ao destacar a inclusão no âmbito educacional, o processo comum faz com que todos os alunos sejam frequentadores da escola para garantir a mesma educação. Para os alunos com Deficiência Intelectual não é diferente, não pode estar fora da escola. Por tanto, as crianças com esta deficiência podem estar aptas a desfrutar dos direitos ao acesso a educação e do desenvolvimento coletivo. Para isso existe

Ação política, cultural, social e pedagógica desencadeada em defesa de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção dos direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p10).

Assegurados pela citação acima, a educação inclusiva recebe alunos com diferentes condições de vida e constrói uma escola ativa no processo curricular onde são contempladas diferentes formas de ensinar e aprender de forma igualitária agregando valores institucionais. Com isso pode entender que

[...] o processo de inclusão tem uma amplitude que vai além da inserção de alunos considerados especiais na classe regular, e de adaptações pontuais na estrutura curricular. Inclusão implica em um envolvimento de toda a escola e de seus gestores, um redimensionamento de seu projeto político pedagógico, e, sobretudo, do compromisso político de uma re-estruturação das prioridades do sistema escolar (municipal, estadual, federal ou privado) do qual a escola faz parte, para que ela tenha as condições materiais e humanas necessárias para empreender essa transformação (GLAT, 2003, p.33).

Ampliar as possibilidades para que o aluno esteja em sala de aula é passar pelas leis que regem a inclusão e desafiar a realidade aplicando condições para que ele permaneça e desenvolva sua aprendizagem de forma adaptada. Os planos de aula, o currículo escolar, os projetos e outros documentos essenciais para o ensino devem contemplar também estes alunos para que eles não sejam excluídos nem tão pouco descriminados.

Faz-se essencial repensar as práticas pedagógicas para dar subsídio para o aluno aprender. Deve-se fazer valer que todos tem o direito de todos e que todos podem aprender e estar no mesmo ambiente;

[...] devem ter seus direitos iguais e garantidos como seres humanos e participantes das diferentes esferas sociais. Sendo assim, devem receber condições diferenciadas de desenvolvimento e educação, possibilitando maior dignidade para sua existência e vivência cultural (Garcia 2012, p.81).

Tendo em vista que a participação ativa dos alunos com deficiência nas escolas ou na sociedade em geral faz parte de um número crescente. Concomitantemente, hoje fazendo valer seus direitos, a garantia à educação é ampla ao aprendizado ofertando sua formação para a vida.

1. **ANÁLISE SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE**

O Atendimento Educacional Especializado – AEE é uma das ferramentas para que o aluno possa aprender, onde faz parte do seu objetivo organizar e dar condições com acessibilidade para o aluno romper barreiras.

* 1. O AEE E AS CONTRIBUIÇÕES DE APRENDIZADO

Segundo a Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, o AEE pode ser caracterizado enquanto um serviço educacional que tem como função de:

Complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009, p.11).

O atendimento que está a serviço da educação especial faz com que os profissionais desenvolvam condições para que este aluno desenvolva atividades pedagógicas adaptadas. O atendimento é para a vida escolar do aluno e com isso tem o objetivo de eliminar as barreiras criando condições, ofertar aprendizado, incluir e assegurar o aluno na sociedade escolar.

Na perspectiva da política da educação inclusiva, os avanços garantem que todo aluno da educação especial esteja no ensino regular e que tenha o Atendimento Educacional Especializado - AEE e que tenha realizado sua matrícula, uma vez que as escolas não pode segar vaga a este aluno e automaticamente ele estará na sala de Recursos Multifuncionais SR, um espaço criando acessivelmente para os alunos deficientes, com transtornos globais o desenvolvimento e superdotação.

Esta sala também é referida no documento do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 2006) onde fala que;

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. (BRASIL, 2006, p.13)

Além da sala de ensino regular o aluno é acompanhado por um especialista em AEE, seu plano de desenvolvimento individualizado é preparado e adaptado para que sejam identificadas suas limitações e avaliação pedagógicas, partir daí, é possível usar materiais próprios da sala ou confeccionar, construir atividades, acompanhar o desenvolvimento para que o aluno tenha garantido sua formação continuada em preparação para a vida social.

De acordo com politica, é essencial destacar que:

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.10).

Dando importância as atividades desenvolvidas na sala de recursos multifuncionais são essenciais que sejam diferenciadas, lúdicas, com os estímulos recebidos e de acordo com as intervenções adequadas. Para isso, estes alunos são capazes de aprender como qual quer outra criança e se desenvolver, com o ensino apropriado propicia, o aluno desencadeia aprendizado e reforça suas faculdades mentais Vygotsky (1989).

As atividades curriculares podem ganham novas formas. Isso mostra o documento do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 2006),

Dentre as atividades curriculares específicas desenvolvidas no atendimento educacional especializado em Sala de Recursos Multifuncionais se destacam: o ensino de Libras, o sistema Braille e o Soroban, a comunicação alternativa, o enriquecimento curricular, dentre outros. Além do atendimento educacional especializado realizado em Salas de Recursos ou centros especializados, algumas atividades ou recursos devem ser disponibilizados dentro da própria classe comum, como por exemplo, os serviços de tradutor e intérprete de Libras e a disponibilidade das ajudas técnicas e tecnologias assistivas, entre outros. (BRASIL, 2006, p. 15)

Entre estas e outras atividades têm o poder de chamara atenção, despertar o imaginário, sentimentos em como alfabetizar em braile, libras, usar as tecnologias assistivas para reforçar na vida autônoma, a comunicação alternativa que tem a possibilidade de usar pranchas coloridas e com desenhos para comunicação, o uso do computador também pode ser uma ferramenta interessante ao realizar jogos, sons e imagens... Por consequência acontece o aprendizado de forma prazerosa e sempre respeitando o tempo do aluno.

Em síntese, as atividades para os aluno com esta realidade deve-se considerar que o professor especialista conheça o aluno para desenvolver as atividades. Em exemplos, para o planejamento é importante saber do que o aluno gosta ou não, quais as habilidades, suas limitações; usar as emoções para receber bem o aluno, igualmente ao desenvolver as atividades; empregar significado ao falar os acontecimentos com expressões na mensagem principal que quer passar; trabalhar com reforços positivos, elogios e recompensas; utilizar materiais concretos e proporcionalmente grandes; podemos falar também sobre o contato com os livros de literatura, lápis de cor, desenhos... Também existe possiblidades de brincar sentado, como vôlei, vai e vem, lançamento de bolo e outras atividades que podem ser adaptadas de acordo com a realidade.

Nesse sentido, a escola como um todo oferece a possibilidade do aluno desenvolver suas potencialidades educativas em m processo gradativo e sequenciado de avanços.

Destacamos as palavras de Oliveira ao falar da importância do papel da escola em abrir oportunidades;

É nisto que a escola deve centrar sua atenção: como se podem criar possibilidades de aprendizagem no contexto escolar, interpondo uma substancial mudança de foco, onde as dificuldades não são aprendidas simplesmente como fatores inerentes à condição biológica, mas como, também, provenientes das limitações do contexto social, no caso, escolar (OLIVEIRA, 2012, p.18).

Concordando com a citação a cima, podemos notar que há condições de lapidar a criança com deficiência intelectual. Os profissionais por sua vez são responsáveis pelos avanços em aprendizagem e autonomia destes alunos, as atividades dentro da sala de recursos multifuncionais é uma amplitude de possibilidades capazes de despertar no aluno força de vontade.

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao consolidar este estudo vê-se a necessidade de ampliar a temática no âmbito sócio escolar. O atendimento educacional especializado não e uma criação atual, porém pode ser desconhecedora da sociedade, onde é no atendimento especializado que os alunos com deficiência intelectual desenvolvem suas habilidades e potencialidades.

Contudo, como o artigo nos mostra que a realidade da pessoa com intelectual passou por modificações e avanços em sua história, são consideráveis favoráveis às condições atuais, onde estes alunos podem estar no processo de inclusão escolar e garantindo o seu direito a educação de forma coletiva. Embora o processo de inclusão passe a ser mais trabalhado com os profissionais e alunos da escola para bem receber estes alunos. A discriminação pode ser um dos problemas para sua desistência. Apesar disto, sai do foco o da sala de recursos multifuncionais onde é ajudar na permanência do aluno na instituição.

Sob esta questão abrangem de inclusão e oferta de aprendizado para os alunos com deficiência intelectual, mostramos os resultados que contribui e reforça a atuação do professor especialista em atendê-los. O motivo principal se dá pela inclusão, a realização da sua matricula no ensino regular e seu ingresso na sala do AEE, outro fator positivo é a oferta com que o professor vai adapta-lo nas atividades pedagógicas. Apropriamo-nos dos documentos, leis e concepções teóricas sobre a temática para embasas o estudo com verdades e realidades.

Entre linhas, ainda mostramos atividades, instrumentos e métodos para que os futuros atendimentos possam ser lúdicos e criativos com a intenção de estimular ainda mais o aluno.

Enfim, educar os alunos com deficiência intelectual é um constante desafio profissional, onde os professores devem estar preparados para trabalhar com muita dedicação, as possibilidades são muitas, bem como as dificuldades da educação de forma geral.

1. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION. **Retardo mental:** definição, classificação e sistemas de apoio. Tradução M. F. Lopes. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Salas de Recursos Multifuncionais:** espaço para atendimento educação especializado. Brasília: 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à Educação:** subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, SEESP, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial**. Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, Brasília: MEC/SEESP.

DIAMENT, Aron. Aprendizagem e deficiência mental. In: ROTTA, Newra Tellecheal; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. **Transtornos da Aprendizagem:** abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C.M.A **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde:** Conceitos, Usos e Perspectivas. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 187-193, 2005.

GARCIA, D. I. B. Aprendizagem e desenvolvimento das funções complexas do pensamento e a deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural. In: SHIMAZAKI, E. M; PACHECO, E. R. (Org.). **Deficiência e Inclusão Escolar**. Maringá: Eduem, 2012.

LUCKASSON, R.; REEVE, A. Naming, defining and classifying in mental retardation. **Mental retardation,** v. 39, p. 47-52, 2001.

LUCKASSON, R.; BORTHWICK-DUFFY, S.; BUNTINX, W. H. E.; COULTER, D. L.; CRAIG, E. M.; REEVE, A. et al. Mental Retardation – Definition, Classification, and Systems of Supports. 9. ed. Washington (DC). **American Association on Mental Retardation**, 2002.

OLIVEIRA, A. A. S. **Deficiência Intelectual:** os sentidos da cultura, da história e da escola. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual – Ciclo II do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos. Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME/DOT, 2012.

OMS. **CID-10**. OMS. 2. ed.São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,1995.

PAULON, Simone Mainiere. Documento Subsidiário à politica de inclusão / Simone Mainiere Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. – Brasília: **Ministério da Educação**, Secretaria de Educação Especial, 2º ed., 2007.

SCHALOCK, R.; LUCKASSON, R. A.; Shogren, K. A. et al. The renaming of mental retardation: understanding the change to the term intellectual disability. **Intellectual and Developmental Disabilities,** v. 45, n. 2, p. 116-124, 2007.

Vygotsky LS. Obras completas. **Tomo cinco**: Fundamentos de Defectologia. Havana: Editorial Pueblo Y Educación; 1989.

1. rozilenecavalcante@hotmail.com [↑](#footnote-ref-1)